

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO N.º CENTRO-M7-2017-21

SISTEMA DE INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO

E AO EMPREGO

SIZE

CIM MÉDIO TEJO

Preâmbulo

O presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos previstos no n. 6 do artigo 16.é do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento \(FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.é 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.é 215/2015, de 6 de outubro, em conjugação com o artigo 9.é do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE), publicado através da Portaria n.é 97-A/2015, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n. 181-C/2015, de 19 de junho, e pela Portaria n.é 265/2016, de 13 de outubro.

O presente aviso vem operacionalizar o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, de ora em diante designado por SI2E, instituído pela Portaria n.é 105/2017, de 10 de março, que define as regras aplicáveis aos apoios concedidos às operações previstas na alínea g) do n. 2 do artigo 74.é do REISE, mobilizando de forma integrada apoios a conceder através do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), permitindo que numa mesma candidatura sejam submetidas duas operações, para cada uma destas componentes.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do Eixo 4 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), integra as prioridades de investimento 8.3 *“Criação de Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e mdias empresas inovadoras”* (FSE) e 8.8 *“Concessão de Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e  criação de empresas”* (FEDER).

As candidaturas, para serem consideradas elegíveis ao presente concurso, devem demonstrar o seu contributo para a prossecao dos objetivos específicos das prioridades de investimento (PI), em particular:

- Objetivo específico no âmbito da PI 8.3.1 - Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho.
- Objetivo específico no âmbito da PI 8.8.1 – Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e  atividade por conta própria, às microempresas e  criação de empresas e microempresas.

As candidaturas podem mobilizar os dois Fundos da Coesão, FEDER e FSE, de forma isolada ou conjunta, com o objetivo de criação ou expansão de micro e pequenas empresas, envolvendo um projeto de investimento e a criação líquida de postos de trabalho, em qualquer das modalidades de apoio.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

Nos termos conjugados da al. g) do n.º 2 do artigo 74.º do REISE e do artigo 6.º do SIZÉ são suscetíveis de apoio no âmbito deste AAC:

- a) Criação de micro e pequenas empresas ou expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos;
- b) Expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há mais de cinco anos.

Nos termos do artigo 12.º do SIZÉ as operações podem ser financiadas por via de duas componentes, beneficiando de ambas ou apenas de uma delas, a saber:

- a) Através do FEDER, para as despesas previstas no n.º 1 do artigo 10.º do SIZÉ;
- b) Através do FSE, para as despesas previstas no n.º 2 do artigo 10.º do SIZÉ.

Em sede de candidatura o beneficiário deverá indicar se pretende recorrer às duas modalidades de apoio ou apenas a uma.

3. Entidades beneficiárias

Nos termos do artigo 7.º do SIZÉ são beneficiárias das operações previstas no ponto anterior as pequenas e micro empresas na aceção da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão, de 6 de maio, relativa à definição de micro, pequena e média empresa.

Encontra-se assim abrangida qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica, através da oferta em concorrência de bens ou serviços no mercado, sendo, nomeadamente, consideradas como tais as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar ou as sociedades de pessoas.

No caso do beneficiário apenas recorrer à modalidade de apoio FSE, também serão consideradas como entidades beneficiárias as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação no território de intervenção da entidade gestora, a saber:

- NUTS III Médio Tejo, da Região Centro de Portugal, NUTS II

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se realiza o projeto, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do RE ISE.

5. Âmbito setorial

São elegíveis, nos termos do artigo 5.º do SI2E, as operações inseridas em todas as atividades económicas, com exceção das ali expressamente indicadas. A exceção também é extensível aos projetos que incidam nas seguintes atividades do CAE – Rev.3:

- Outras atividades dos serviços pessoais – divisão 96 da seção S

6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Para além dos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º e do cumprimento das regras relativas aos impedimentos e condicionamentos de acesso aos apoios constantes do 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários deverão cumprir com as disposições do artigo 8.º do SI2E.

7. Critérios de elegibilidade das operações

Para além dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 3.º do RE ISE, as operações deverão respeitar as disposições dos números 1 e 2 do artigo 9.º do SI2E, relativas, respetivamente, aos critérios gerais e específicos de elegibilidade das operações.

Excecionalmente e nos termos do número 3 do artigo 9.º do SI2E, para os territórios não abrangidos por DLBC, apenas se aplica o limiar máximo definido na subalínea ii) da alínea a) do número 2 do artigo 9.º do SI2E.

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

8.1 Despesas elegíveis

As taxas de financiamento são apuradas para cada uma das componentes FSE ou FEDER da candidatura, aplicando-se a cada uma das respetivas operações, nos termos previstos no artigo 5.º do REISE.

São elegíveis, sem prejuízo das disposições do parágrafo seguinte e do previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro, as despesas constantes dos números 1 e 2 do artigo 10.º do SI2E,

respeitantes, respetivamente, às componentes FEDER e FSE do projeto apoiado.

As despesas das alíneas g) a j) do referido n 1 encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:

– no âmbito da alínea g):

- i) Até 70% para material circulante quando se consubstancia na aquisição de veículos elétricos e diretamente relacionado com o exercício da atividade em que seja imprescindível  execução da operação;
- ii) Até 40% caso seja outro material circulante não enquadrado na alínea i) e diretamente relacionado com o exercício da atividade em que seja imprescindível  execução da operação:

– no âmbito da alínea h): até 15% para estudos, diagnósticos, auditorias, planos de *marketing* e projetos de arquitetura e de engenharia;

– no âmbito da alínea i): até 60% para obras de remodelação ou adaptação;

– no âmbito da alínea j): até 15% para participação em feiras e exposioes no estrangeiro.

8.2 Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as indicadas no artigo 11.é do SI2E.

9. Forma e limite dos apoios

Nos termos do artigo 12.é do SI2E os incentivos a conceder revestem a natureza de subvenção não reembolsável, aplicando-se a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Nos termos conjugados do n. 6 do artigo 76.é do RE ISE com o artigo 21.é do SI2E, o montante global dos apoios FSE e FEDER a conceder não pode exceder, por empresa, o limite de 200 000 euros num período de três anos, de acordo com o enquadramento *de minimis* previsto no Regulamento (UE) n. 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo  aplicação dos artigos 107. e 108. do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de Estado.

9.1. Incentivo ao Investimento

Nos termos previstos no n. 2 do artigo 13.é do SI2E o apoio FEDER  apurado, com base no investimento

elegível aprovado, através da aplicação de uma taxa base de 40% para os investimentos localizados em territórios de baixa densidade ou 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios.

À referida taxa base acrescem as seguintes majorações, até um máximo de 20 pontos percentuais:

a) Projetos da tipologia prevista na alínea a) do artigo 6.º do SI2E: 10%;

b) Projetos enquadrados nas prioridades relevantes para o território abrangido neste AAC, e que se encontram explanadas na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Médio Tejo 2020: 10 pontos percentuais, sendo as prioridades relevantes as seguintes:

- Valorização dos recursos endógenos;
- Turismo;
- Património, cultural e indústrias criativas;
- Ambiente e energias sustentáveis;
- Inovação ao nível do produto, do processo ou do marketing.

9.2. Incentivo ao Emprego

Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do SI2E o financiamento relativo à criação dos postos de trabalho para desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego ou para a criação do próprio emprego, é atribuído através da comparticipação total das remunerações de postos de trabalho criados e tem como limite mensal o valor correspondente ao Indexante de Apoio Social (IAS), observando os períodos máximos definidos na alínea a) do n.º 3 do referido artigo 13.º, a saber:

- 9 meses, para contratos de trabalho sem termo ou criação do próprio emprego;
- 3 meses, para os contratos de trabalho a termo, com uma duração mínima de 12 meses.

Aos períodos máximos atrás referidos acrescem as majorações previstas na alínea b) do mesmo n.º 3 do artigo 13.º, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Majorações de 2,5 meses, com um máximo de 6 meses, por cada uma das seguintes situações:
 - i) Projetos localizados em territórios de baixa densidade;
 - ii) Projetos de criação de empresas previstos na alínea a) do artigo 6.º do SI2E;
 - iii) Para trabalhadores do género sub-representado, conforme lista contante do anexo E

ao presente AAC, ou para trabalhadores qualificados na aceção, respetivamente, das alíneas g) e m) do artigo 2.é do SI2E.

10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 16 do SI2E.

Depois de verificados os critérios de elegibilidade previstos nos pontos 6 e 7 do presente aviso, as candidaturas serão objeto de uma apreciação de mérito, construída com base nos critérios de seleção constantes do referencial de mérito (anexo C).

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do mérito do projeto (MP) até ao limite orçamental do AAC, estabelecendo como limiar de seleção o MP do último projeto com proposta de decisão favorável.

Os candidatos são ouvidos no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

A decisão  notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão, relativamente à operação integrada em cada uma das suas componentes FSE ou FEDER.

11. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo  formalizada mediante a assinatura de termo de aceitação, para cada componente FSE ou FEDER, submetido eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.é do Decreto-Lei n.é 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n. 3 do artigo 10.é do RE ISE, cada termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da respetiva notificação da decisão.

12. Pagamentos

O pagamento do incentivo  efetuado nos termos do artigo 25 do Decreto-Lei n 159/2014, de 27 de outubro.

13. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente AAC cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura, a qual pode integrar duas operações relativas a cada um dos Fundos (FEDER e/ou FSE).

14. Modalidades, procedimentos, prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrnico no Balcão Portugal 2020 no sítio <https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>, instruída com os anexos ai identificados.

Para apresentar a candidatura as entidades promotoras devem previamente efetuar o registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso, de acordo com o seguinte plano de apresentação de candidaturas:

Fases de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão (*)
Fase 1: até 30.06.2017	22/09/2017
Fase 2: até 29.09.2017	29/12/2017
Fase 3: até 29.12.2017	23/03/2018

(*) Esta data não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos solicitados e/ou resposta no âmbito do processo de audiência dos interessados.

Salienta-se que, por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou últimos dias do prazo.

15. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação global dos Fundos FSE e FEDER afetas ao presente concurso é de trs milhões e setecentos mil de euros, correspondendo às seguintes dotações indicativas por prioridade de investimento:

Comunidade Intermunicipal	Dotaao Orcamental		Dotaao Orcamental (FSE+FEDER)
	FSE PI 8.3	FEDER PI 8.8	
Medio Tejo	2.000.000,00	1.700.000,00	3.700.000,00

16. Obrigaoes ou compromissos específicos dos beneficiários

Sem prejuízo do cumprimento das obrigaoes previstas no artigo 24.é do Decreto-Lei n.é 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redaao, ficam ainda os beneficiários obrigados a cumprir com as disposioes do artigo 19.é do SISE.

O incumprimento das demais obrigaoes, incluindo os resultados contratados, podem determinar a reduao ou revogaao do incentivo, nos termos do artigo 15.é do RE ISE e do artigo 23.é do Decreto-Lei n.é 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redaao.

17. Identificaao dos indicadores de resultado a alcançar

Prosseguindo uma orientaçao para resultados, os projetos a financiar deverão contribuir para os seguintes **indicadores de resultado**, previstos no n. 1 do artigo 73.é do RE ISE e de realizaao do Programa Operacional:

PI	Indicadores Realizaao	Indicadores Resultado
8.3/8.8	Postos de trabalho criados (N)	Postos de trabalho criados que se mantem 12 meses após o fim do apoio (%)

Serão objeto de contratualizaao e monitorizaao os resultados previstos pelo beneficiário e aceites pela Autoridade de Gestão em sede de decisao.

18. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

Nos termos da Deliberaao n.é 74/2015, de 7 de outubro, da CIC Portugal 2020, constitui Organismo Intermédio, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo.

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal **Portugal 2020** (www.portugal2020.pt) e do **Centro 2020** (www.centro.portugal2020.pt) e da CIM (<http://www.mediotejo.pt/>) os candidatos, têm acesso:

1. As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
2. Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
3. Os pontos de contato para obter informações adicionais;
4. Aos resultados deste concurso.

Coimbra, 23 de maio de 2017

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Centro

Ana Abrunhosa